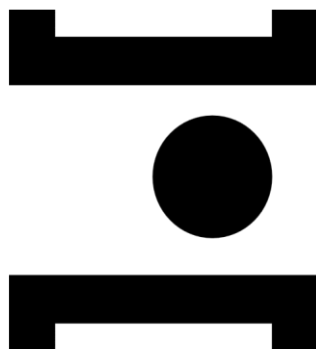


**INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM**  
**Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém**



**POLITÉCNICO  
DE SANTARÉM**

**RELATO VOLUNTÁRIO SOBRE A ESCRAVATURA MODERNA REALIZADO  
POR EMPRESAS PORTUGUESAS COTADAS NA EURONEXT LISBON**

**Dissertação**

**Mestrado em Contabilidade e Finanças**

**Inês Margarida Leandro Mira**

**Orientação:**

**Adriana Rodrigues Silva**

**Risolene Alves Macena de Araújo**

**Junho, 2024**

## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação não seria possível sem o apoio de várias pessoas amigas e familiares, as quais agradeço muito, que até hoje contribuíram para a minha evolução pessoal e profissional.

À minha orientadora, Professora Doutora Adriana Silva, pelo incondicional apoio ao longo desta etapa, toda a ajuda e conhecimentos transmitidos ao longo destes últimos anos.

À Professora Doutora Risolene Araújo, pela sua disponibilidade e por todo o apoio proporcionado.

Um obrigado especial aos meus pais, irmãos e namorado que nunca permitiram que pensasse em desistir.

## **Acrónimos/Siglas**

ODS- Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

ONU- Organização das Nações Unidas

OIT- Organização Internacional do Trabalho

OIM - Organização Internacional para as Migrações

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

## **Resumo**

Esta pesquisa investiga os principais fatores associados à divulgação de informações sobre a escravatura moderna por empresas cotadas na Euronext Lisbon, no período de 2013 a 2022. Utilizou-se a análise de conteúdo dos relatórios anuais e dados da base Refinitiv Eikon. Os resultados indicam que o tamanho das empresas e a auditoria por firmas Big Four favorecem a divulgação sobre o tema. Em contraste, a rentabilidade e o setor de atuação não demonstram relação significativa com essa prática. Observa-se, ainda, que as informações divulgadas permanecem limitadas, apesar dos esforços da União Europeia e de Portugal para promover a transparência. Por se basear no contexto português, os resultados podem não ser aplicáveis a outras realidades culturais ou regionais. O estudo contribui para o avanço do debate sobre transparência corporativa e evidencia, na prática, a urgência de regulamentações mais robustas e de um maior comprometimento empresarial no enfrentamento da escravatura moderna.

**Palavras-chave-** Escravatura Moderna, Relato Voluntário, Directiva 2011/36/EU, Euronext Lisbon.

## **Abstract**

This study investigates the main factors associated with the disclosure of information on modern slavery by companies listed on Euronext Lisbon, covering the period from 2013 to 2022. Content analysis of annual reports and data from the Refinitiv Eikon database were employed. The findings indicate that company size and audits conducted by Big Four firms are positively associated with disclosure on the subject. In contrast, profitability and industry sector show no significant relationship with this practice. It is also noted that the information disclosed remains limited, despite efforts by the European Union and Portugal to encourage greater transparency. As the study is based on the Portuguese context, the findings may not be generalisable to other cultural or regional settings. The research contributes to the ongoing debate on corporate transparency and, in practical terms, highlights the urgency of stronger regulatory measures and greater corporate commitment to tackling modern slavery.

**Keywords** - Modern Slavery, Voluntary Reporting, Directive 2011/36/EU, Euronext Lisbon.

## Índice de Figuras

<b>Figura 1- Curva de ROC</b> .....	25
-------------------------------------	----

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1- Empresas por Sectores</b> .....	16
<b>Tabela 2-Variáveis Independentes</b> .....	17
<b>Tabela 3-Estatística Descritiva</b> .....	20
<b>Tabela 4-Análise Descritiva do Sector Industrial</b> .....	21
<b>Tabela 5-Regressão Logística</b> .....	22

## Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	2
<b>Acrónimos/Siglas</b> .....	3
<b>Resumo</b> .....	4
<b>Abstract</b> .....	5
<b>Índice de Figuras</b> .....	6
<b>Índice de Tabelas</b> .....	6
<b>1. Introdução</b> .....	8
<b>2. Revisão da Literatura</b> .....	10
2.1 Relato não financeiro sobre a escravatura moderna .....	10
2.2 Teoria Institucional .....	12
2.3 Estudos anteriores .....	14
<b>3. Metodologia da Investigação</b> .....	16
3.1 Variáveis da Pesquisa .....	17
3.1.1 Variável Dependente .....	17
3.1.2 Variáveis Independentes .....	17
3.1.3 Dimensão da empresa .....	18
3.1.4 Rentabilidade .....	18
3.1.5 Setor industrial .....	19
3.1.6 Garantia das Big-4 .....	19
<b>4. Análise dos resultados</b> .....	20
4.1 Estatística descritiva .....	20
4.2 Regressão Logística - Resultados .....	21
<b>Conclusões</b> .....	26
<b>Referências</b> .....	28
<b>Anexo I – Lista das empresas estudadas divididas por setor e observação de divulgação sobre a escravatura moderna nos anos 2013- 2022</b> .....	32
<b>Anexo II – Teste de Multicolinearidade</b> .....	33
<b>Anexo III – Regressão Logística</b> .....	33
<b>Anexo IV- Tabela de Classificação</b> .....	34

## 1. Introdução

Impulsionadas pela competitividade, muitas organizações empresariais tendem a mudar de estratégia comercial. O objetivo é que ao deslocar a produção para países menos desenvolvidos e onde a mão-de-obra é mais barata, possam beneficiar de uma redução de custos, conseguindo assim chegar ao consumidor final mantendo o seu lucro e continuando uma empresa competitiva no meio em que atua (Gold et al., 2015). Embora os resultados possam dar indícios de uma boa resposta, é aqui que a linha ténue entre o que é ou não exploração começa a dar origem ao termo conhecido por escravatura moderna (Christ et al., 2019).

O conceito de escravatura, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2017, p. 10), abrange situações em que as pessoas não se podem impor por medo de qualquer tipo de violência, qualquer tipo de coação, ou abuso de poder. Devido à globalização, e apesar de proibido pelo artigo 4º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a escravatura moderna está em todo o lado, sobretudo nos países desenvolvidos (Christ et al., 2020; Crane, 2013). Em 2014, Gold et al. (2015) contava mais de 35 mil escravos em todo o mundo. Em 2022, A OIT, a Walk Free e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) estimaram 49,6 milhões de pessoas escravizadas, o que mostra que a prática continua a espalhar-se pelo globo (Christ et al., 2023).

Desta forma, as empresas são pressionadas pelos seus *stakeholders* a relatar sobre a sua responsabilidade social, económica e ambiental em assuntos que se tornam emergentes como a escravatura moderna (Carnegie et al., 2021). Como Estado-membro da União Europeia, Portugal transpôs a Directiva 2011/36/EU, de 5 de abril de 2011, que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI operacionalizada em Portugal pela lei nº 59/2007, de 4 de setembro, veio apelar à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas. Portanto, embora a Directiva não mencione explicitamente o relato sobre a escravatura moderna, esta abrange a necessidade de as empresas relatarem sobre direitos humanos e práticas de sustentabilidade, dentro das quais as questões relacionadas à escravatura moderna podem ser incluídas.

Até ao momento, e pelo conhecimento dos autores deste trabalho de pesquisa, não existe investigação empírica, após a revisão da lei nº59/2007, sobre a divulgação da escravatura moderna por parte das empresas e as suas fontes de pressão, o que nos conduz à questão que dá origem à investigação: Que fatores podem estar associados à evidência de divulgação voluntária sobre a escravatura moderna das empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisbon?

Assim, no período longitudinal 2013-2022, este trabalho de pesquisa tem como objetivo conhecer quais os principais fatores associados à divulgação de informações sobre a escravatura moderna das empresas cotadas na Euronext Lisbon. Para alcançar o objetivo proposto, são analisados dados qualitativos dos Relatórios e Contas anuais e/ou de relatórios anuais autónomos de divulgação de informação não financeira, e dados quantitativos extraídos da base de dados Refinitiv Eikon.

A presente pesquisa propõe-se a utilizar a teoria institucional para analisar a divulgação de informações sobre a escravatura moderna pelas empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisbon, preenchendo algumas lacunas observadas no estudo de Christ et al. (2019). Diferentemente do trabalho de Christ et al. (2019), que se concentra nas empresas australianas e na qualidade das divulgações feitas antes da introdução de uma legislação específica, este estudo visa explorar os fatores que influenciam as empresas portuguesas a relatar sobre a escravatura moderna.

Neste sentido, este estudo visa contribuir para a teoria e prática nas áreas do relato não financeiro, da transparência corporativa e da regulamentação legal. No âmbito teórico, ele expande o entendimento sobre a capacidade das regulamentações legais de promover transparência nas cadeias de produção, um fator essencial na luta contra a escravatura moderna. Praticamente, destaca a urgência de implementar medidas regulatórias e encoraja as empresas a aprimorar os seus esforços de divulgação, visando assegurar práticas comerciais éticas. Além de enfatizar a crescente importância de políticas transparentes, este estudo também serve como uma chamada de atenção para que os formuladores de políticas e líderes empresariais priorizem e intensifiquem as suas estratégias de combate à escravatura moderna nas suas operações.

O trabalho é organizado da seguinte forma: A secção seguinte revela uma revisão da literatura onde se apresenta uma contextualização da prática do relato voluntário sobre a escravatura moderna ao longo do tempo, tanto no mundo, como mais especificamente, em Portugal e uma revisão dos estudos anteriores relevantes relacionados com a importância da divulgação sobre o tema. De seguida, são apresentados os métodos de estudo e as hipóteses da investigação. Na secção quatro, são revelados os resultados e a discussão dos resultados face à literatura existente sobre a temática. Por último, é feita uma breve conclusão onde se reflete as limitações do estudo e as suas possíveis contribuições futuras.

## **2. Revisão da Literatura**

### **2.1 Relato não financeiro sobre a escravatura moderna**

A escravatura moderna pode ser encontrada em inúmeros modelos de negócios e é essencialmente “uma tentativa de subvalorizar um recurso chave (mão-de-obra) através de meios ilegítimos” (Crane, 2013). É também o termo utilizado para definir um conjunto de práticas onde o direito equivalente à propriedade de uma parte é exercido sobre outra (Gold et al., 2015).

Como forma de combater este tipo de atuação nos mercados financeiros, várias organizações mundiais têm vindo a criar iniciativas e normas internacionais sobre o tema da escravatura moderna, merecendo destaque as iniciativas promovidas pela Organização das Nações Unidas – ONU. A Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, contraria diretamente a temática da escravatura moderna, quando, por exemplo, o artigo 23º, declara o direito dos indivíduos para trabalhar, para a igualdade salarial, para aderir a sindicatos e para uma remuneração justa e favorável sem qualquer discriminação, assegurando a dignidade humana.

Ademais, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) da ONU, forma um conjunto de normas internacionais de direitos humanos no local de trabalho. Estas proibem a discriminação e a desigualdade no local de trabalho, garantindo os direitos humanos dos trabalhadores, tais como o direito à liberdade de associação, o direito de organização e de negociação coletiva e o direito a não sofrer discriminação no trabalho (Lauwo & Otusanya, 2014). Na perspetiva de eliminar totalmente a escravatura moderna até 2030, foi definido o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 das Nações Unidas, que propõe a comunidade internacional a “tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravatura moderna e o tráfico de seres humanos e garantir a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil” (Nações Unidas, 2015).

Para além das organizações internacionais, e a pensar na mudança, observa-se que diversas partes do globo (Califórnia, Reino Unido, França, Portugal, entre outras) criaram leis específicas com o objetivo de reduzir o número de casos de escravatura moderna nos seus mercados financeiros.

Um dos primeiros exemplos de legislação concebida para combater a escravatura moderna foi a Lei de Transparência em Cadeias de Suprimentos da Califórnia, em 2010. Esta lei tem como principal foco obrigar as grandes empresas da Califórnia a divulgar, através do Relato não financeiro, os seus esforços para identificar e erradicar a escravatura moderna nas suas cadeias de abastecimento (Crane, 2013). O Reino

Unido, por sua vez, homologou a Lei da Escravidão Moderna de 2015. Com esta lei, o Reino Unido exige às organizações com um volume global de 36 milhões de libras ou mais, informar sobre a escravatura moderna nas suas operações e cadeias de abastecimento através da publicação de declarações anuais de escravatura, assinadas pelo órgão superior de gestão. A lei sugere o conteúdo que as declarações não-financeiras podem incluir: (1) A estrutura da organização, o seu negócio e as suas cadeias de abastecimento; (2) As suas políticas em relação à escravatura e ao tráfico de seres humanos; (3) Os seus processos de diligência devida em relação à escravatura e ao tráfico de seres humanos no seu negócio e cadeias de abastecimento; (4) As partes dos seus negócios e cadeias de abastecimento onde existe o risco de escravatura e tráfico de pessoas, e as medidas que tomou para avaliar e gerir esse risco; (5) A sua eficácia em assegurar que a escravatura e o tráfico de seres humanos não se encontra presente no seu negócio ou cadeias de abastecimento, medido em relação a indicadores de desempenho como considera apropriado e; (6) A formação sobre escravatura e tráfico de seres humanos disponível para o seu pessoal (Reino Unido, 2015).

Em França também foram tomadas medidas para combater a escravatura no contexto empresarial, com a criação da lei de vigilância corporativa francesa de 2017 (Rao et al., 2022). Em Portugal, o percurso contra o trabalho forçado começa com a sua proibição, em conformidade com o Artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 48/95 do Código Penal, e de uma forma punível, com a lei nº59/2007, que prevê penas de prisão pelo crime de "utilização da atividade de cidadão estrangeiro em situação ilegal". A Directiva 2011/36/EU, de 5 de abril de 2011, que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI operacionalizada em Portugal pela lei nº 59/2007, de 4 de setembro, acrescentou uma penalização grave do "empregador ou utilizador do trabalho ou serviços de cidadão estrangeiro em situação ilegal, com o conhecimento de ser esta vítima de infrações penais ligadas ao tráfico de pessoas".

Cabe esclarecer que, o trabalho escravo e o trabalho forçado foram dois instrumentos da colonização portuguesa, coexistindo durante séculos; porém, ao longo do século XIX, com a abolição gradual da escravatura e a proibição de outras práticas similares, o direito português estabeleceu a substituição parcial do trabalho escravo pelo trabalho forçado (Seixas, 2015). Apesar da evidência da escravatura moderna em Portugal, não existe nenhuma lei que obrigue as suas grandes empresas a divulgarem sobre as suas cadeias de abastecimentos, como ocorre noutros países, como o Reino Unido, o que faz com que apenas algumas empresas relatem sobre o tema.

Deste modo, na tentativa de compreender quais os fatores que levam as empresas portuguesas a incluírem o tema de escravatura moderna no seu relato não financeiro, são criadas as hipóteses do estudo com base na Teoria Institucional.

## 2.2 Teoria Institucional

A Teoria Institucional oferece uma lente poderosa para analisar como organizações adotam práticas, normas e estruturas que são amplamente aceites como apropriadas dentro de seu campo institucional. Esse arcabouço teórico é especialmente relevante para entender a crescente ênfase no relato não financeiro, um conjunto de práticas que vai além dos tradicionais relatórios financeiros para incluir informações sobre sustentabilidade, responsabilidade social corporativa (RSC) e governança (DiMaggio & Powell, 1983; Meyer & Rowan, 1977).

De acordo com a Teoria Institucional, as organizações operam dentro de um contexto social constituído por normas, valores e crenças sobre comportamentos económicos aceitáveis. Esse contexto molda as práticas organizacionais e pressiona as empresas a adotarem comportamentos que sejam considerados legítimos e apropriados pelos seus *stakeholders*. DiMaggio e Powell (1983) introduziram os mecanismos de isomorfismo institucional, que explicam como as organizações se tornam semelhantes umas às outras através de pressões coercitivas, normativas e miméticas. Essas pressões resultam da necessidade de conformidade com regulamentos, da influência de normas profissionais e da imitação de práticas bem-sucedidas (Guerreiro et al., 2012).

Nesse sentido, as pressões coercitivas referem-se às leis, regulamentos e políticas impostas por governos e outras autoridades reguladoras que exigem conformidade das organizações. No contexto do relato não financeiro, essas pressões podem incluir regulamentações, as quais exigem transparência em questões sociais e ambientais, como a Directiva 2014/95/EU da União Europeia, que obriga grandes empresas a divulgarem informações sobre sustentabilidade e direitos humanos.

DiMaggio e Powell (1983) argumentam que as pressões coercitivas são fundamentais para garantir que as organizações adotem práticas que atendam aos requisitos legais e regulatórios. Estudos recentes, como o de Islam e Van Staden (2022), reforçam essa perspectiva ao mostrar que regulamentações legais são determinantes para a divulgação de práticas de escravatura moderna pelas empresas.

As pressões normativas derivam de valores, normas e expectativas sociais que influenciam o comportamento organizacional. Essas pressões emergem frequentemente de profissionais, associações comerciais e grupos de interesse que promovem padrões de conduta dentro de um campo institucional. No contexto do relato não financeiro, elas podem ser exercidas por *stakeholders*, incluindo investidores, consumidores e Organizações Não Governamentais (ONGs), que esperam que as empresas adotem práticas de responsabilidade social corporativa (RSC) e relatem suas

Diante disso, as pressões normativas podem incentivar as empresas a divulgar informações sobre a escravatura moderna, pois atendem às expectativas dos *stakeholders* sobre práticas empresariais éticas e transparentes (Flynn & Walker, 2020). Por exemplo, a auditoria por grandes empresas de auditoria (Big-4) aumenta a probabilidade de as empresas divulgarem informações relacionadas à escravatura moderna (Rao et al., 2022).

Pressões miméticas ocorrem quando organizações imitam as práticas de outras organizações consideradas mais legítimas ou bem-sucedidas. Esse processo de imitação é particularmente comum em situações de incerteza ou quando as melhores práticas não são claramente definidas. No contexto do relato não financeiro, empresas podem adotar práticas de divulgação similares às de outras empresas bem-sucedidas ou líderes de mercado para manter sua legitimidade e competitividade (Grecco et al., 2013).

No contexto da divulgação sobre a escravatura moderna, à luz da teoria institucional, Christ et al. (2019) analisam a divulgação de informações sobre práticas de escravatura moderna nas cadeias de abastecimento de empresas australianas. A análise focou em identificar a quantidade e a qualidade das divulgações feitas pelas 100 maiores empresas listadas na Bolsa de Valores da Austrália (ASX 100). Os resultados indicam que algumas empresas divulgam informações em resposta as pressões miméticas e normativas, como a crescente conscientização sobre a escravidão moderna e a imitação de práticas de outras empresas ou regiões (Islam & McPhail, 2011). No entanto, a qualidade e a quantidade dessas divulgações ainda são baixas, sugerindo que as pressões institucionais existentes não são suficientemente fortes para provocar uma mudança significativa nas práticas de divulgação sem a introdução de legislação obrigatória (Birkey et al., 2018).

Entende-se, portanto, que a adoção voluntária de práticas de relato não financeiro pode ser vista como uma resposta estratégica às pressões institucionais para aumentar a legitimidade organizacional e atender às expectativas dos *stakeholders*, podendo as respostas organizacionais às pressões institucionais variar de conformidade passiva à resistência ativa (Oliver, 1991). As organizações frequentemente adotam tais práticas para alinhar suas ações com as normas sociais predominantes e, assim, obter suporte e recursos essenciais para sua sobrevivência e sucesso (Kühn et al., 2018).

Utilizando a teoria institucional como quadro analítico, investigamos como as pressões coercitivas, normativas e miméticas moldam as práticas de divulgação das empresas. Ao adotar essa abordagem, procuramos contribuir para a literatura ao fornecer *insights* sobre as dinâmicas institucionais que incentivam a transparência corporativa em relação à escravatura moderna, destacando a necessidade de políticas

regulatórias que promovam a responsabilidade social corporativa em Portugal.

### 2.3 Estudos anteriores

A literatura mostra-nos a evolução da contabilidade na evidenciação das informações não financeiras por partes das empresas, deixando mais transparente a sua postura em relação à responsabilidade social, cultural e ambiental. Identifica-se várias pesquisas empíricas com o objetivo de mostrar o impacto dessa evidenciação nos mais diversos ambientes da empresa, como pode ser verificado nos estudos descritos abaixo.

Christ e Helliari (2021), ao estudar grandes empresas australianas cotadas na bolsa e o seu compromisso em divulgar sobre a escravatura moderna, concluiu em conformidade com a teoria institucional, que é necessária legislação para incentivar um maior envolvimento por parte das empresas na divulgação sobre a escravatura moderna, com resultados positivos para a sua pesquisa, em que noventa por cento das empresas apresentam divulgações, quer em relatórios anuais autónomos, quer nos seus sites Web, apenas dez por cento das empresas cotadas na bolsa australianas não divulgaram qualquer informação relacionada à escravatura moderna.

Saha et al. (2023) verificaram que a qualidade e a quantidade dos relatórios sobre a escravatura, por parte de empresas bancárias cotadas na bolsa do Bangladesh, estão a melhorar anualmente. Variáveis como a natureza da propriedade e a dimensão do conselho de administração, revelam um impacto positivo na apresentação de relatórios sobre a escravatura, enquanto a idade e a alavancagem demonstraram ter impacto insignificante na divulgação da escravatura.

Num estudo com empresas australianas cotadas na bolsa, Rao et al. (2022) analisam os fatores subjacentes à qualidade das divulgações voluntárias sobre a escravatura moderna e as principais fontes de pressão num ambiente pré-lei sobre o tema. Os autores concluem que a maioria das empresas não fornece qualquer informação sobre a escravatura moderna nos relatórios anuais, nos relatórios autónomos ou nos sites Web. Como fatores de pressão, os autores identificam a dimensão, a garantia por parte das empresas Big-4 e a publicação de declarações autónomas sobre a escravatura moderna sendo estes significativos para a qualidade da divulgação. A rentabilidade, a cotação cruzada e o grau de internacionalização não estão relacionados à qualidade das divulgações voluntárias sobre a escravatura moderna e a classificação por sector é significativa só em parte da amostra.

Christ e Burrit (2021) analisam a forma como a pandemia afeta a contabilidade, a auditoria e a responsabilização das empresas em matéria de escravatura moderna e a forma como uma empresa pode aproveitar esta situação para garantir uma resposta

mais sólida e eficaz à escravatura moderna a longo prazo. Os autores acreditam que a pandemia do coronavírus 2019 (COVID-19) pode ter afetado os resultados da sua pesquisa de uma forma positiva, com o aumento da preocupação da responsabilidade social e ambiental, por parte das empresas.

A literatura defende o papel da contabilidade na prevenção da escravatura moderna como um problema social, analisando como vários ramos e funções da profissão contabilística nas empresas e nas cadeias de abastecimento podem ser importantes para erradicação da prática (Christ et al., 2023). Logo, a presente pesquisa cria relações hipotéticas entre os possíveis fatores de pressão da divulgação voluntária sobre a escravatura moderna, a fim de entender a força do impacto da contabilidade na responsabilidade que as empresas têm na sociedade.

### 3. Metodologia da Investigação

Em conformidade com estudos anteriormente apresentados (e.g. Saha et al., 2023; Rao et al., 2022; Christ et al., 2021), as informações qualitativas foram obtidas pela análise das divulgações sobre a escravatura moderna das empresas cotadas na Euronext Lisbon, nos Relatórios e Contas e/ou Relatórios autónomos de Relato não-financeiro, durante os anos de 2013 a 2022. As informações quantitativas foram obtidas da base de dados *Refinitiv Eikon*.

A população conta com 41 empresas, no entanto, apenas 23 apresentam informação sobre o tema nos anos em estudo, logo, esse é o quantitativo que representa a amostra da presente pesquisa. Das 23 empresas e como demonstrado na Tabela 1, foram considerados oito setores de negócio: Consumos Cíclicos que englobam a restauração, publicações de consumo, o futebol, entre outras; Indústrias, como a construção, a engenharia e os correios; Materiais básicos como a transformação do papel e da madeira; Consumos não Cíclicos incluindo o retalho e distribuição alimentar; Serviços Públicos relacionados com o serviço de eletricidade; Energia, proveniente do Petróleo e gás integrados; Finanças mais precisamente gestão de investimentos e operadores de fundos; e o sector da Tecnologia relacionado com as telecomunicações e a consultoria.

**Tabela 1-** Empresas por Sectores

Sector	Número	%
Materiais básicos	5	22%
Consumo Cíclico	5	22%
Indústrias	4	17%
Serviços Públicos	3	13%
Finanças	1	4%
Energia	1	4%
Consumos não cíclicos	2	9%
Tecnologia	2	9%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

O trabalho de pesquisa apresenta fatores que podem influenciar a evidência da divulgação sobre a escravatura moderna, tal como discutido pela literatura existente (Saha et al., 2023; Rao et al., 2022). Mais especificamente, o estudo considera as potenciais influências institucionais da dimensão da empresa, da rentabilidade, do sector industrial, e da garantia pelas Big-4 na evidenciação das divulgações voluntárias sobre a escravatura moderna.

A seleção da amostra baseia-se nas divulgações sobre escravatura moderna das empresas cotadas na Euronext Lisbon no período 2013 a 2022, um período pós alteração da lei portuguesa com a Directiva 2011/36/EU, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI operacionalizada em Portugal pela lei nº 59/2007, de 4 de setembro.

### 3.1 Variáveis da Pesquisa

#### 3.1.1 Variável Dependente

A variável dependente é a evidência da informação sobre a escravatura moderna das empresas cotadas na *Euronext Lisbon*, nos Relatórios e Contas e/ou Relatórios autónomos de Relato não-financeiro, durante os anos de 2013 a 2022. É uma variável *dummy* com valor 1 se o relatório evidenciar informação sobre a escravatura moderna e 0 senão existir divulgações sobre o tema. Seguindo o método de pesquisa de Rao et al. (2022), a informação sobre o tema foi encontrada através de algumas palavras-chave como: trabalho infantil, trabalho forçado, trabalho escravo e escravidão moderna.

#### 3.1.2 Variáveis Independentes

As variáveis independentes são díspares entre si e por isso foram obtidas e apresentadas de formas diferentes de acordo com a tabela seguinte:

**Tabela 2-Variáveis Independentes**

<b>Variável Independente</b>	<b>Descrição da Variável</b>	<b>Autores</b>
Dimensão	Receita total em Euros	Rao et al. 2022
Rentabilidade	Resultado Líquido Capital Próprio	Rao et al. 2022; Sethi et al., 2015
Sector Industrial	Variável <i>dummy</i> entre 0 (se a empresa não faz parte do setor analisado) e 1 (se a empresa faz parte do setor analisado)	Adaptação <sup>1</sup> : Rao et al. 2022; Cousins et al., 2020
Garantia das Big-4	Variável <i>dummy</i> entre 0 (senão é auditado por uma Big-4) e 1 (se é auditada por uma Big-4)	Rao et al. 2022; Adnan et al., 2018

**Fonte:** Dados da Pesquisa

<sup>1</sup> A variável Sector industrial foi analisada por estes autores nas suas pesquisas sobre a escravatura moderna e adaptada para este trabalho de pesquisa de acordo com as suas necessidades. Nas pesquisas destes autores, o Sector industrial é uma variável *dummy* com valor 1 se a empresa pertence a um sector de atividade mais sensível/com elevado risco de escravatura e 0 se pertence a um sector de atividade menos sensível/baixo risco de escravatura. Neste trabalho empírico, a variável foi adaptada para uma variável *dummy* com valor 1 se a empresa faz parte do sector analisado e 0 se a empresa não faz parte do sector analisado.

### **3.1.3 Dimensão da empresa**

Hipoteticamente, as empresas maiores têm mais recursos para desenvolver a sua informação formal, e espera-se uma preocupação maior com a sustentabilidade e outros assuntos de carácter social (Rao et al., 2022). Estudos recentes documentam que os relatórios de sustentabilidade das empresas de maior dimensão apresentam uma divulgação de maior qualidade relativamente à escravatura moderna (Flynn & Walker, 2020). Espera-se, assim, que todos os isomorfismos institucionais sejam influenciados positivamente pelo tamanho da empresa (Rao et al., 2022), havendo então uma forte tendência de correlacionar a dimensão da empresa com a evidenciação de informação sobre a escravatura moderna.

Com isto, as hipóteses seguintes são nulas e alternativas:

H<sub>10</sub>: A dimensão da empresa influencia positivamente a divulgação voluntária sobre a escravatura moderna.

H<sub>11</sub>: Não há influência positiva da dimensão da empresa na divulgação voluntária sobre a escravatura moderna.

### **3.1.4 Rentabilidade**

No que diz respeito à variável da rentabilidade, os autores têm teorias diferentes para a relação com a evidência de informação sobre a escravatura moderna. Cronologicamente, os primeiros estudos sobre esta temática, defendiam uma relação negativa: Sethi et al. (2015) indicam que devido à imagem pública que as empresas com maior rentabilidade têm, menos divulgam sobre a escravatura moderna, uma vez que pode chamar a atenção. Posteriormente, em 2018, outros autores identificaram uma relação positiva ao observarem que uma maior lucratividade fornecia recursos para as empresas investirem em sistemas de controle de gestão, ferramentas e equipamentos para medir e relatar informações de alta qualidade (Ismail et al., 2018). Recentemente, num estudo com empresas do Reino Unido Flynn (2019), constatou que não existe

correlação entre a rentabilidade e os relatórios de escravatura moderna. Na presente pesquisa, seguiu a ideia de Ismail et al. (2018) para direcionar as hipóteses nulas e alternativas a serem testadas:

H2<sub>0</sub>: A rentabilidade das empresas está positivamente associada à divulgação de informação sobre a escravatura moderna.

H2<sub>1</sub>: Não existe associação positiva entre a rentabilidade e a divulgação voluntária sobre a escravatura moderna.

### **3.1.5 Setor industrial**

Vários estudos académicos identificam que o setor industrial está relacionado com o risco de escravatura moderna, enfrentado por diferentes entidades nas suas operações e cadeias de abastecimento (Flynn & Walker, 2020). A construção e o retalho fazem parte do setor com elevado risco de escravatura moderna, enquanto, as finanças e a publicação fazem parte dos setores com baixo risco de práticas de escravatura moderna (Cousins et al., 2020). Com base nestes grupos setoriais, são propostas as seguintes hipóteses:

H3<sub>0</sub>: Setores de elevado risco de escravatura estão negativamente associados à divulgação voluntária sobre a escravatura moderna.

H3<sub>1</sub>: Não existe influência negativa entre o setor industrial de elevado risco de escravatura e a divulgação voluntária sobre a escravatura moderna.

### **3.1.6 Garantia das Big-4**

A pesquisa realizada por Braam et al. (2016) confirma que o relato ambiental das empresas está positivamente associado à prestação de garantia externa por parte das big-4. Outros autores (Adnan et al., 2018, p. 825) ratificam que "a presença de empresas de auditoria Big-4 aumenta o nível de divulgação voluntária nas empresas". Assim, podemos presumir uma relação positiva entre o facto de uma empresa ser auditada por uma Big-4 e o aumento do nível de divulgação sobre escravatura moderna. Com base nos resultados, são sustentadas as seguintes hipóteses:

H4<sub>0</sub>: A garantia das Big-4 está positivamente associada à divulgação voluntária sobre a escravatura moderna.

H4<sub>1</sub>: Não existe relação positiva entre a garantia das Big-4 e a divulgação voluntária sobre a escravatura moderna.

## 4. Análise dos resultados

### 4.1 Estatística descritiva

A Tabela 3 representa a estatística descritiva para as variáveis independentes tamanho, rentabilidade e garantia por parte das Big-4 e para a variável dependente divulgação sobre a escravatura moderna.

O número de observações considerado para os testes são 217 dos 230 possíveis, visto que existe uma empresa onde não foi possível obter os relatórios no período 2013-2017 e uma outra empresa, que só foi possível observar os relatórios referentes a 2021 e 2022.

O valor médio da dimensão da empresa é de 20,46 milhões de euros com um valor mínimo de 14,24 milhões de euros e um valor máximo de 24,03 milhões de euros, o que mostra que o volume de receita das empresas estudadas varia cerca de 10 milhões de euros. A rentabilidade tem um valor médio de 0,12, com um valor mínimo de -0,69 e um valor máximo de 0,92. Com um desvio padrão com o valor de 0,14, concluímos que esta é a variável com os valores menos disparos, isto é, os valores da rentabilidade das empresas em estudo são pouco dispersos estabilizando assim a pesquisa.

O percentual de empresas cotadas na *Euronext Lisbon* têm os seus relatórios verificados por empresas de auditoria Big-4, mais especificamente, nesta amostra, 84% dos relatórios são verificados por empresas de auditoria Big-4. A variável Divulgação é positiva em 59% o que indica que, foram mais os anos em que as empresas divulgaram informação sobre a escravatura moderna do que os anos em que tal não aconteceu.

**Tabela 3-**Estatística Descritiva

Variável	Observação	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Divulgação	217	0,59	0,49	0	1
Dimensão	217	20,46	1,87	14,24	24,03
Rentabilidade	217	0,12	0,14	-0,69	0,92
Garantia das Big-4	217	0,84	0,36	0	1

**Fonte:** Dados da Pesquisa

A variável independente Sector foi avaliada de forma segregada, a saber: as empresas de consumo cíclico apresentam informação sobre a escravatura moderna nos seus relatórios voluntários num máximo de 6 vezes ao longo dos anos de estudo e a média de anos em que relataram é de 3,8. As empresas de consumo não cíclico apresentam informação sobre a escravatura moderna nos seus relatórios voluntários num máximo de 10 vezes ao longo dos anos de estudo e a média de anos em que

relataram é de 8 anos. A empresa do setor da Energia relatou em 7 dos 10 anos em

análise. A empresa de Finanças relatou apenas no ano de 2022 sendo que não há resultados nos 5 primeiros anos de estudo. Com um máximo de 7 anos de relato sobre a escravidão moderna, as empresas industriais têm uma média de 5 observações. As empresas consideradas de materiais básicos cíclico apresentam informação sobre a escravatura moderna nos seus relatórios voluntários num máximo de 10 vezes ao longo dos anos de estudo e a média de anos em que relataram é de 6,6. As empresas de serviços públicos relataram todos os anos em estudo e a sua média é 7,33 sendo que, numa das empresas, só foi possível analisar 2 anos. Por fim, o setor da tecnologia, apresenta um máximo de 6 e uma média de 4,5 (ver Anexo I).

De um modo generalizado e, como mostra a tabela seguinte, os sectores que mais relataram sobre a escravatura moderna foram as empresas de consumo não cíclico, de serviços públicos e de materiais básicos; e as empresas que menos relataram sobre o tema foram as empresas de finanças, consumo cíclico e de tecnologia.

**Tabela 4-**Análise Descritiva do Sector Industrial

<b>Sector Industrial</b>	<b>Nº de empresas do Sector</b>	<b>Nº de vezes em que relataram sobre o tema</b>	<b>Média</b>
Consumo Cíclico	5	19	3,8
Consumo não cíclico	2	16	8
Energia	1	7	7
Finanças	1	1	1
Indústrias	4	20	5
Materiais básicos	5	33	6,6
Serviços públicos	3	22	7,33
Tecnologia	2	9	4,5
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>127</b>	

**Fonte:** Dados da Pesquisa

#### 4.2 Regressão Logística - Resultados

Para responder as hipóteses da pesquisa, recorreu-se à regressão logística, que, apesar de não pressupor homogeneidade das variáveis, tal como a regressão linear, requer, no entanto, a ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes (Fávero et al., 2009). Para testar este requisito, foi realizado o teste de *Variance Inflation Factor* (VIF), para todas as variáveis, indicando que o valor do teste está dentro do intervalo  $1 < x < 10$ , o que significa ausência de multicolinearidade entre as variáveis, dando mais confiança aos coeficientes estimados pelo modelo (ver anexo II).

De seguida, utilizando o modelo de regressão logística, analisaram-se todas as empresas e todas as variáveis, a fim de determinar quais as variáveis que influenciam

o comportamento da variável dependente: a divulgação sobre escravatura moderna. Conforme Tabela 5, o R2 ajustado do modelo é de 0,19, o que significa um bom ajuste para efeitos de previsão (ver anexo III).

**Tabela 5-Regressão Logística**

Variáveis independentes	Regressão Logística		Efeito Marginal	R2	Hosmer and Lemeshow test	Tabela de Classificação
	Coeficiente	P-value			Significância	%
Dimensão	0,41	0,08	0,10	0,19	0,77	69,12%
Rentabilidade	0,10	0,94	0,24			
Garantia Big-4	1,11	0,02	0,27			
Materiais Básicos	-16,54	0,99	0,16			
Consumo Cíclico	-16,82	0,99	0,09			
Industriais	-16,65	0,99	0,13			
Finanças	-16,18	0,99	0,23			
Energia	-17,63	0,99	-0,11			
Consumos não cíclicos	-16,86	0,99	0,08			
Tecnologia	-17,20	0,99	Omitida			
Serviços Públicos	Omitida	Omitida	Omitida			
Constante	7,63	1,00				

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Além disso, para reforçar os resultados encontrados, foram realizados o Teste *Hosmer e Lemeshow* e o teste da Tabela de Classificação. O teste de *Hosmer e Lemeshow* mostra significância para o modelo logístico de uma variável, indicando que diferenças significantes ainda permanecem entre os valores reais e esperados do modelo (Fávero, 2013). As hipóteses do teste são as seguintes:  $H_0$ : há associação entre as variáveis, e  $H_1$ : não há associação entre as variáveis. E, quanto maior o nível de significância, melhor. Os resultados do teste *Hosmer e Lemeshow* mostram que existe associação entre as variáveis, pois a  $H_0$  não foi rejeitada ao nível de 5% ( $Prob > \chi^2 = 0,77$ ).

Outra forma de se avaliar a adequação do modelo logístico é observar a tabela de classificação do modelo, considerando as medidas de sensibilidade, especificidade e o percentual de acerto do modelo (Fávero, 2013) (ver anexo IV). Os resultados da tabela de classificação mostram que, quando confrontado a sensibilidade (ao facto de a empresa divulgar informações sobre a escravatura moderna) com a especificidade (refere-se ao facto de a empresa não divulgar informações sobre a escravatura moderna), o modelo conseguiu classificar corretamente 69,12% das observações analisadas.

Os resultados da análise, para as 23 empresas portuguesas estudadas, indicam que duas variáveis independentes - dimensão e garantia das Big-4 - estão significativamente associadas à divulgação sobre a escravatura moderna, conforme previstas pela literatura. No entanto, não conseguimos confirmar a mesma significância nas relações entre as outras duas variáveis independente - rentabilidade e Sector – com a divulgação sobre a escravatura moderna.

No que diz respeito à dimensão da empresa, a hipótese  $H1_0$  (A dimensão da empresa influencia positivamente a divulgação voluntária sobre a escravatura moderna) não é rejeitada. O resultado apoia a hipótese de que a dimensão da empresa influencia positivamente a divulgação voluntária sobre a escravatura moderna, visto que o coeficiente foi positivo (0,41) e significativo (*p-value* 0,08), ao nível de 10%. Esse resultado corrobora que os relatórios de sustentabilidade das empresas de maior dimensão apresentam uma divulgação de maior qualidade acerca da escravatura moderna (Flynn & Walker, 2020), convergente com a teoria institucional, indicando que a dimensão da empresa ser um dos fatores positivos na divulgação voluntária sobre a escravatura moderna.

Empresas maiores possuem mais recursos e maior visibilidade, o que aumenta a pressão para que divulguem informações sobre suas práticas de sustentabilidade e direitos humanos. Este fenómeno está alinhado com a perspetiva de isomorfismo coercitivo e normativo, onde as grandes empresas sentem a necessidade de aderir às expectativas regulatórias e sociais para manter a sua legitimidade (DiMaggio & Powell, 1983; Chris et al., 2019).

Ao considerar a variável rentabilidade das empresas, a hipótese  $H2_0$  (A rentabilidade das empresas está positivamente associada à divulgação de informação sobre a escravatura moderna) foi rejeitada. Embora tenha apresentado um coeficiente positivo (0,10), a constatação de uma relação estatisticamente insignificante (*p-value* 0,94) mostra que a rentabilidade não possui poder explicativo para divulgação da informação sobre a escravatura moderna. Este achado contrasta com alguns estudos anteriores que sugeriam uma relação entre a lucratividade e a qualidade das divulgações de sustentabilidade (Ismail et al., 2018), mas está alinhado com estudos mais recentes que não encontraram uma correlação significativa (Flynn, 2019).

Ao analisar a variável independente sector industrial, percebe-se que a hipótese  $H3_0$  (Setores de elevado risco de escravatura estão negativamente associados à divulgação voluntária sobre a escravatura moderna) foi rejeitada, uma vez que não apresentou significância estatística na relação entre a divulgação sobre a escravatura moderna e o setor industrial. Isso pode ser confirmado pelo *p-value* >0,5 apresentado na Tabela 5. Em outras palavras, não há evidências suficientes para afirmar que existe uma associação entre o nível de risco de escravatura de um setor e a sua propensão a

divulgar voluntariamente informações sobre a escravatura moderna. Portanto, os resultados indicam que outros fatores, além do risco de escravatura no setor, podem influenciar a divulgação voluntária sobre a escravatura moderna.

A ausência de impacto do setor industrial sugere que, independentemente do risco setorial associado à escravatura moderna, as empresas não estão necessariamente mais propensas a divulgar informações sobre esta prática, reforçando a necessidade de uma regulamentação mais rigorosa e específica para setores de alto risco (Cousins et al., 2020).

Por fim, o resultado da variável Big-4, cuja hipótese  $H_{40}$  (A garantia das Big-4 está positivamente associada à divulgação voluntária sobre a escravatura moderna) não foi rejeitada. Analisando a Tabela 4, observa-se que o coeficiente é positivo (1,11) e significativo (*p-value* 0,02), ao nível de 5%. Diante disso é possível inferir que o apoio externo de uma Big-4 desempenha um papel positivo na divulgação de informações sobre a escravatura moderna. Essa perspetiva converge com a literatura que atestam que o relato ambiental e divulgação voluntária das empresas está positivamente associado à prestação de garantia externa por parte das big-4 (Braam et al., 2016; Adnan et al., 2018).

Ratifica-se que a garantia fornecida por auditorias das Big-4 aumenta a credibilidade das divulgações voluntárias, pois estas empresas são reconhecidas internacionalmente pela sua rigorosidade e padrão de qualidade. Este aspeto também se alinha com a teoria institucional, pois a presença de uma auditoria de renome pode ser vista como uma forma de isomorfismo mimético, onde as empresas procuram imitar as melhores práticas do mercado para ganhar legitimidade e confiança dos *stakeholders* (Braam et al., 2016; Adnan et al., 2018).

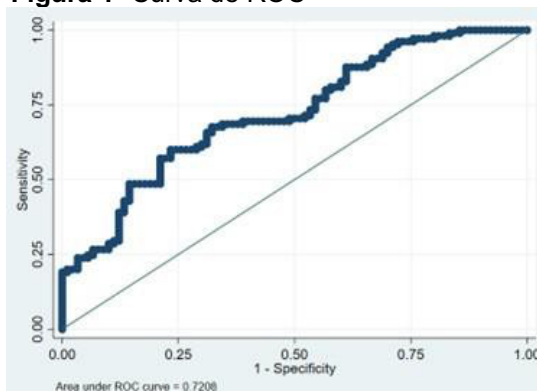
O coeficiente dos efeitos marginais explica a relação entre o aumento em uma unidade de uma variável independente e o impacto desse acontecimento na variável dependente. Assim, os resultados podem ler-se: Se a dimensão aumentar em 1 unidade, a probabilidade de a empresa divulgar informação aumenta positivamente em 10% e, se a empresa for auditada pelas empresas big-4, a probabilidade de a empresa divulgar informação aumenta em 27%.

O resultado obtido da regressão com efeito marginal indica que a probabilidade média de uma empresa divulgar informações sobre escravatura moderna, considerando todas as variáveis explicativas do modelo, é de 54,24% (ver anexo V). Este valor de probabilidade média é significativo para a compreensão geral do comportamento das empresas em relação à transparência sobre práticas de escravatura moderna. Para esclarecer, a probabilidade média de 54,24% sugere que, em média, uma empresa tem uma chance de 54,24% de divulgar informações sobre escravatura moderna quando se leva em conta a interação de todas as variáveis explicativas consideradas no modelo.

Isso implica que, se analisarmos um conjunto de 100 empresas com características semelhantes às da amostra estudada, esperaríamos que cerca de 54 dessas empresas façam a divulgação de informações sobre escravidão moderna. A utilização da regressão logística permite compreender não apenas se essas variáveis estão associadas à probabilidade de divulgação, mas também a magnitude e direção dessa associação. Por exemplo, a dimensão da empresa e a auditoria por parte das Big-4 foram identificadas como fatores positivamente associados à divulgação, enquanto a rentabilidade e o setor industrial não apresentaram associações estatisticamente significativas neste estudo.

No que diz respeito à curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*), que relaciona a sensibilidade e a especificidade do modelo estimado, pode-se notar, pela Figura 1, que o modelo estimado para as empresas que divulgam informações sobre a escravidão moderna apresentou uma capacidade preditiva aceitável, com uma área sob a curva (AUC) de 0,7208.

**Figura 1-** Curva de ROC



**Fonte:** Dados da pesquisa

Essa curva parte do princípio de que um modelo com nenhum poder preditivo teria a curva ROC como uma linha de 45 graus. Por outro lado, quanto maior o poder preditivo do modelo, maior a concavidade da curva. Resumidamente, a análise da curva ROC e da AUC revela que o modelo de regressão logística utilizado tem uma capacidade preditiva aceitável para classificar empresas com base na divulgação de informações sobre escravidão moderna. A AUC de 0,7208 indica que o modelo tem uma boa capacidade de diferenciar entre empresas que divulgam e não divulgam essas informações, sendo significativamente melhor do que uma classificação aleatória, mas ainda com espaço para melhorias. Este resultado é útil para avaliar a eficácia do modelo preditivo e pode orientar futuras pesquisas e refinamentos no modelo para melhorar ainda mais a sua precisão e utilidade prática.

## Conclusões

O estudo teve como objetivo analisar fatores como a dimensão, a rentabilidade, o setor de atividade e a garantia por parte das Big-four e a sua possível influência no facto das empresas cotadas na Euronext Lisbon divulgarem sobre a prática da escravatura moderna num período compreendido entre 2013 e 2022, um período pós alteração da lei portuguesa com a Directiva 2011/36/EU, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas.

Com base nos dados obtidos, foi realizado um trabalho de pesquisa, por meio de regressão logística, para analisar os fatores que influenciam a evidência de informação sobre a escravatura moderna das empresas cotadas na Euronext Lisbon e as suas fontes de pressão, respondendo assim à questão que deu origem à investigação: Que fatores podem estar associados à evidência de divulgação voluntária sobre a escravatura moderna das empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisbon?

Das 41 empresas com informação quantitativa disponível na base de dados *Refinitiv Eikon*, apenas 23 apresentam informação sobre o tema nos anos em estudo. Assim, a percentagem de empresas que divulgam sobre a escravatura moderna em Portugal é de 56%, um percentual mediano, assim como visualizado por Rao et al. (2022) na sua pesquisa com empresas australianas.

A partir da análise dos resultados da pesquisa, conclui-se que algumas variáveis podem, de certo modo, influenciar esse tipo de evidenciação. À luz da Teoria Institucional, este estudo revela que as pressões coercitivas e normativas têm um papel significativo na promoção da transparência sobre a escravatura moderna entre as empresas cotadas na Euronext Lisbon. Revela também que as pressões miméticas são influentes na determinação das práticas de divulgação sobre escravatura moderna entre as empresas estudadas. A imitação de práticas de empresas líderes, juntamente com a influência de auditorias de renome, sugere que as empresas buscam alinhar-se com normas amplamente aceitas para manter sua legitimidade organizacional.

No entanto, a ausência de impacto significativo da rentabilidade e do setor industrial destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente, que considere também as especificidades de cada setor e as variáveis contextuais. As descobertas reforçam a importância de uma regulamentação mais rigorosa e de iniciativas que incentivem a responsabilidade social corporativa, conforme sugerido por autores como DiMaggio e Powell (1983), Braam et al. (2016), e Flynn e Walker (2020).

Nesse contexto, este estudo contribui de forma prática ao fornecer insights para empresas, reguladores e outras partes interessadas sobre a importância da

transparência na divulgação de práticas relacionadas à escravidão moderna. Ao identificar os fatores que influenciam a evidência de informações sobre a escravidão moderna, como as pressões coercitivas, normativas e miméticas, este trabalho ajuda as empresas a compreenderem melhor as expectativas regulatórias e sociais. As descobertas sugerem que as empresas devem considerar não apenas a conformidade legal, mas também as normas sociais e as práticas de líderes do setor para manter sua legitimidade organizacional. Além disso, a pesquisa destaca a necessidade de regulamentações mais rigorosas e de iniciativas que incentivem a responsabilidade social corporativa, promovendo uma cultura de transparência e ética empresarial.

Teoricamente, este estudo agrega à literatura sobre divulgação voluntária de práticas de escravidão moderna, utilizando a Teoria Institucional como base para entender como diferentes tipos de pressões influenciam o comportamento das empresas. As pressões coercitivas e normativas mostraram-se significativas na promoção da transparência, enquanto as pressões miméticas demonstraram que a imitação de práticas de empresas líderes é uma estratégia comum entre as empresas cotadas na Euronext Lisbon. Este estudo contribui para a compreensão da relação entre práticas de divulgação e legitimidade organizacional, conforme discutido por DiMaggio e Powell (1983). Além disso, a pesquisa realça a necessidade de considerar variáveis contextuais e setoriais nas análises, uma área que merece mais atenção futura.

Neste estudo, uma das limitações encontradas foi a não existência de uma base de dados que contivesse todos as variáveis independentes utilizada na regressão logística, como é o caso da garantia por parte das Big-4 e, por esse motivo, foi necessário analisar cada um dos relatórios divulgados pelas empresas que compõem a amostra para recolher a informação necessária. Além disso, a quantidade de empresas que compõem a amostra também representa uma limitação, apesar de inevitável, por estar em consideração o mercado português.

Por último, uma futura investigação poderá considerar a análise de todas as empresas que fazem parte da Euronext Lisbon, independentemente se estas têm ou não, os seus dados em alguma base de dados, como foi realizado nesta dissertação e, assim, obter mais dados através dos Relatórios de Contas anuais e/ou de relatórios anuais autónomos de informação não financeira.

Este trabalho reforça a relevância de haver medidas que obrigam as empresas a divulgarem os esforços que fazem para combater a escravidão moderna, defendendo a urgência da transparência nas suas cadeias de produção independentemente do tamanho, da rentabilidade, da garantia externa ou setor de cada empresa.

## Referências

- Adnan, S.M., Hay, D. & van Staden, C.J. (2018), The influence of culture and corporate governance on corporate social responsibility disclosure: a cross-country analysis. *Journal of Cleaner Production*, 198, 820-832.
- Birkey, R. N., Guidry, R. P., Islam, M. A., & Patten, D. M. (2018). Mandated social disclosure: An analysis of the response to the California Transparency in Supply Chains Act of 2010. *Journal of Business Ethics*, 152, 827-841.
- Braam, G.J., Weerd, L.U., Hauck, M. & Huijbregts, M.A. (2016). Determinants of corporate environmental reporting: the importance of environmental performance and assurance. *Journal of Cleaner Production*, 129, 724-734.
- Carnegie, G., Parker, L. & Tshuridu, E. (2021). It's 2020: What is Accounting Today?. *Australian Accounting Review*, 31(1), 65–73.
- Christ, K. & Burritt, R. (2020). Modern slavery Compass: A new tool to point business in the right direction, *Melbourne: CPA Australia*.
- Christ, K., & Burrit, R. (2021), Accounting for modern slavery: risk in the time of Covid 19: challenges and opportunities. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 34 (6), 148-1501.
- Christ, K. L., Burritt, R. L., & Islam, M. A. (2023). Modern slavery and the accounting profession. *The British Accounting Review*, 55(3), 101174.
- Christ, K. & Helliard, C. (2021). Blockchain technology and modern slavery: Reducing deceptive recruitment in migrant worker populations. *Journal of Business Research*, 131, 112-120.
- Christ, K., Rao, K., & Burrit, R (2019). Accounting for modern slavery: an analysis of Australian listed company disclosures, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 32 (3), 836-865.
- Cousins, P., Dutordoir, M., Lawson, B. & Neto, J.Q.F. (2020). Shareholder wealth effects of modern slavery regulations. *Management Science*, 66 (11) 4921-5484.
- Crane, A. (2013). Modern slavery as a management practice: Exploring the conditions and capabilities for human exploitation, *Academy of Management Review*, 38(1), 49–69.

- DiMaggio, P.J. & Powell, W.W. (1983). The iron cage revisited-institutional isomorphism and collective rationality in organizational field. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.
- Fávero, L. P. L. (2013). Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação. *BBR-Brazilian Business Review*, 10(1), 131-156.
- Fávero, L.P., Belfiore, P., Silva, F.L & Chan, B.L. (2009). *Análise De Dados: Modelagem Multivariada Para Tomada De Decisões*. Rio de Janeiro. Elsevier.
- Flynn, A. (2019), Determinants of corporate compliance with modern slavery reporting. *Supply Chain Management: An International Journal*, 25(1), 1-16.
- Flynn, A. & Walker, H. (2020), Corporate responses to modern slavery risks: an institutional theory perspective, *European Business Review*, 33(2), 295-315.
- Gold, S., Trautrim, A., & Trodd, Z. (2015), Modern slavery challenges to supply chain management, *Supply Chain Management: International Journal*, 20(5), 485–XX 494.
- Grecco, M. C. P., Milani, M. A. F., Segura, L. C., Sanchez, I. M. G., & Dominguez, L. R. (2013). The voluntary disclosure of sustainable information: a comparative analysis of spanish and brazilian companies. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 7(17), 48-58.
- Guerreiro, M. S., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2012). Voluntary adoption of International Financial Reporting Standards by large unlisted companies in Portugal– Institutional logics and strategic responses. *Accounting, Organizations and Society*, 37(7), 482-499.
- International Labour Organization. (2017). Global estimates of modern slavery: Forced labour and forced marriage. [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---ipec/documents/publication/wcms\\_586127.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_586127.pdf). Consulta realizada no dia 11 de novembro de 2023.
- International Labour Organization – ILO (2022). Walk Free and International Organization for Migration (IOM). Global estimates of modern slavery. Findings and Methodology. [https://cdn.walkfree.org/content/uploads/2022/09/12142341/GEMS-2022\\_Report\\_EN\\_V8.pdf](https://cdn.walkfree.org/content/uploads/2022/09/12142341/GEMS-2022_Report_EN_V8.pdf). Consulta realizada no dia 11 de novembro de 2023.

- Islam, M. A., & McPhail, K. (2011). Regulating for corporate human rights abuses: The emergence of corporate reporting on the ILO's human rights standards within the global garment manufacturing and retail industry. *Critical Perspectives on Accounting*, 22(8), 790-810.
- Islam, M. A., & Van Staden, C. J. (2022). Modern slavery disclosure regulation and global supply chains: Insights from stakeholder narratives on the UK Modern Slavery Act. *Journal of Business Ethics*, 1-25.
- Ismail, A.H., Rahman, A.A. & Hezabr, A.A. (2018). Determinants of corporate environmental disclosure quality of oil and gas industry in developing countries. *International Journal of Ethics and Systems*, 34 (4), 527-563.
- Kühn, A.-L., Stiglbauer, M. & Fifka, M. (2018). Contents and determinants of corporate social responsibility website reporting in Sub-Saharan Africa: a seven-country study. *Business and Society*, 57(3), 437-480.
- Lauwo, S., & Otusanya, O. J. (2014). Corporate accountability and human rights disclosures: A case study of Barrick Gold Mine in Tanzania. *Accounting Forum*, 38(2), 91-108.
- Meyer, J.W. & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340-363.
- Oliver, C. (1991). Strategic responses to institutional processes. *Academy of management review*, 16(1), 145-179.
- Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia. (2011). *Directiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e combate ao tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho*. Jornal Oficial da União Europeia, L 101, 1–11.
- Rao, K., Burrit, R. & Christ, K. (2022). Quality of voluntary modern slavery disclosures: top Australian listed companies. *Pacific Accounting Review*, 34(3), 451-478.
- Reino Unido. (2015). The modern Slavery Act 2015. Disponível em: <<https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2015/30/contents/enacted>>
- Saha, T. & Miah, R., & Rahman, M., Das, S., & Hoque, E. (2023). Disclosures for slavery accounting concerning SDG 8 and corporate attributes: a study on the banking industry of Bangladesh. *Future Business Journal*, 9-20.

Seixas, M. (2015). O trabalho escravo e o trabalho forçado na colonização portuguesa oitocentista: uma análise histórico-jurídica. *Revista portuguesa de história*, 46, 217-236.

Sethi, S.P., Martell, T.F. & Demir, M. (2015). An evaluation of the quality of corporate social responsibility reports by some of the world's largest financial institutions, *Journal of Business Ethics*, 140 (4), 787-805.

## Anexo I – Lista das empresas estudadas divididas por setor e observação de divulgação sobre a escravatura moderna nos anos 2013- 2022

Nome da Empresa	Setor	Informação sobre o tema											de observat	Sitio da internet	Data da Recolha	
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022					
Estoril Sol SGPS SA	Ciclos de consumo	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	5	<a href="https://www.estoril-solsgps.com/">https://www.estoril-solsgps.com/</a>	15/10/2023
VAA Vista Alegre Atlantis SGPS SA	Ciclos de consumo	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	5	<a href="https://vistaalegre.com/">https://vistaalegre.com/</a>	10/08/2023	
Inapa Investimentos Participacoes e Gestao SA	Materiais básicos	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	5	<a href="https://inapa.pt/">https://inapa.pt/</a>	11/09/2023	
Sonae - SGPS SA	Consumo não cíclico	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	6	<a href="https://sonae.pt/pt/">https://sonae.pt/pt/</a>	11/09/2023	
Corticeira Amorim SGPS SA	Materiais básicos	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	6	<a href="https://www.amorim.com/pt/">https://www.amorim.com/pt/</a>	14/06/2023	
EDP Energias de Portugal SA	Serviços públicos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	<a href="https://www.edp.pt/">https://www.edp.pt/</a>	16/09/2023	
Ibersol SGPS SA	Ciclos de consumo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	<a href="https://www.ibersol.pt/">https://www.ibersol.pt/</a>	08/10/2023	
Navigator Company SA	Materiais básicos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	<a href="http://www.thenavigatorcompany.com/">http://www.thenavigatorcompany.com/</a>	08/10/2023	
Cofina SGPS SA	Ciclos de consumo	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	6	<a href="http://www.cofina.pt/">http://www.cofina.pt/</a>	13/06/2023	
NOS SGPS SA	Tecnologia	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	6	<a href="https://www.nos.pt/">https://www.nos.pt/</a>	08/10/2023	
Impresa Sociedade Gestora de Participacoes Sociais SA	Ciclos de consumo	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	<a href="https://www.impresa.pt/">https://www.impresa.pt/</a>	04/11/2023	
NOVABASE SGPS SA	Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	3	<a href="https://www.novabase.com/">https://www.novabase.com/</a>	03/11/2023	
Galp Energia SGPS SA	Energia	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	7	<a href="https://galp.com/">https://galp.com/</a>	03/11/2023	
Jeronimo Martins SGPS SA	Consumo não cíclico	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	<a href="https://www.jeronimomartins.com/">https://www.jeronimomartins.com/</a>	03/11/2023	
Conduril Engenharia SA	Indústrias	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2	<a href="https://www.conduril.pt/">https://www.conduril.pt/</a>	20/10/2023	
SEMAPA Sociedade de Investimento e Gestao SGPS SA	Materiais básicos	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	6	<a href="https://www.semapa.pt/">https://www.semapa.pt/</a>	20/10/2023	
Mota Engil SGPS SA	Indústrias	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	7	<a href="https://www.mota-engil.com/">https://www.mota-engil.com/</a>	20/10/2023	
Ren Redes Energeticas Nacionais SGPS SA	Serviços públicos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	<a href="https://www.ren.pt/">https://www.ren.pt/</a>	20/10/2023	
Altri SGPS SA	Materiais básicos	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	6	<a href="https://altri.pt/pt/">https://altri.pt/pt/</a>	13/06/2023	
Teixeira Duarte SA	Indústrias	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	6	<a href="https://www.teixeiraduarte.pt/">https://www.teixeiraduarte.pt/</a>	20/10/2023	
CTT Correios de Portugal SA	Indústrias	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	5	<a href="https://www.ctt.pt/">https://www.ctt.pt/</a>	20/10/2023	
Flexdeal SIMFE SA	Finanças	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	1	1	<a href="https://www.flexdeal.pt/">https://www.flexdeal.pt/</a>	22/10/2023	
Greenvolt Energias Renovaveis SA	Serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	<a href="https://greenvolt.com/">https://greenvolt.com/</a>	15/10/2023	
<b>TOTAL</b>		<b>6</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>1€</b>	<b>20</b>	<b>22</b>	<b>127</b>				

## Anexo II – Teste de Multicolinearidade

```
. vif
```

Variable	VIF	1/VIF
Size	5.23	0.191092
ConsumoCíc-o	3.06	0.326948
Indústrias	3.02	0.330823
Materiaisb-s	2.98	0.335111
Consumosnã-s	2.96	0.337785
ServiçosPú-s	2.31	0.433421
Energia	2.30	0.435127
Finanças	2.14	0.468338
BigFour	1.44	0.692260
ROE	1.20	0.833863
Mean VIF	2.66	

## Anexo III – Regressão Logística

```
. logit divulg $xlist
```

```
Iteration 0: log likelihood = -147.2431
Iteration 1: log likelihood = -121.51914
Iteration 2: log likelihood = -119.29742
Iteration 3: log likelihood = -118.9611
Iteration 4: log likelihood = -118.88969
Iteration 5: log likelihood = -118.87213
Iteration 6: log likelihood = -118.86861
Iteration 7: log likelihood = -118.86785
Iteration 8: log likelihood = -118.86768
Iteration 9: log likelihood = -118.86764
Iteration 10: log likelihood = -118.86763
```

```
Logistic regression          Number of obs   =       217
                             LR chi2(10)           =        56.75
                             Prob > chi2            =        0.0000
                             Pseudo R2              =        0.1927
```

```
Log likelihood = -118.86763
```

divulg	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]
size	.4135367	.2336618	1.77	0.077	-.0444319 .8715054
roe	.0955814	1.18967	0.08	0.936	-2.236128 2.427291
bigfour	1.107162	.5049452	2.19	0.028	.1174872 2.096836
Materiaisbásicos	-16.54216	1478.018	-0.01	0.991	-2913.405 2880.321
ConsumoCíclico	-16.82306	1478.018	-0.01	0.991	-2913.686 2880.04
Indústrias	-16.65255	1478.018	-0.01	0.991	-2913.516 2880.21
Finanças	-16.18024	1478.019	-0.01	0.991	-2913.045 2880.685
energia	-17.626	1478.019	-0.01	0.990	-2914.49 2879.238
Consumosnãcíclicos	-16.86178	1478.019	-0.01	0.991	-2913.725 2880.002
tecnologia	-17.19592	1478.019	-0.01	0.991	-2914.059 2879.667
_cons	7.625145	1478.025	0.01	0.996	-2889.252 2904.502

Note: 0 failures and 10 successes completely determined.

## Anexo IV- Tabela de Classificação

```
. estat classification
```

```
Logistic model for divulg
```

Classified	True		Total
	D	~D	
+	95	35	130
-	32	55	87
Total	127	90	217

```
Classified + if predicted Pr(D) >= .5  
True D defined as divulg != 0
```

Sensitivity	Pr( +  D)	74.80%
Specificity	Pr( - ~D)	61.11%
Positive predictive value	Pr( D  +)	73.08%
Negative predictive value	Pr( ~D  -)	63.22%
False + rate for true ~D	Pr( + ~D)	38.89%
False - rate for true D	Pr( -  D)	25.20%
False + rate for classified +	Pr( ~D  +)	26.92%
False - rate for classified -	Pr( D  -)	36.78%
Correctly classified		69.12%

## Anexo V- Efeitos Marginais

```
. mfx
```

```
Marginal effects after logit
```

```
y = Pr(Divulg) (predict)  
= .54249786
```

variable	dy/dx	Std. Err.	z	P> z	[	95% C.I.	]	X
Size	.1025861	.05801	1.77	0.077	-.011104	.216276		20.3194
ROE	.0237653	.29527	0.08	0.936	-.554947	.602478		.119509
BigFour <sup>*</sup>	.2677614	.11226	2.39	0.017	.047729	.487794		.825641
Materi~s <sup>*</sup>	.1578999	.13782	1.15	0.252	-.11223	.428029		.25641
Consum~o <sup>*</sup>	.0913404	.14858	0.61	0.539	-.199861	.382542		.25641
Indúst~s <sup>*</sup>	.1315378	.15235	0.86	0.388	-.167056	.430132		.205128
Finanças <sup>*</sup>	.2251287	.31657	0.71	0.477	-.395336	.845594		.025641
Energia <sup>*</sup>	-.1068298	.28986	-0.37	0.712	-.674939	.461279		.051282
Consum~s <sup>*</sup>	.0816325	.23638	0.35	0.730	-.381668	.544933		.102564

(\*) dy/dx is for discrete change of dummy variable from 0 to 1